

*Brasília, 02 de fevereiro de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Folha de Londrina Online

Sexta-feira, 30 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Com café da Serra de Apucarana, IGs se tornam tendência no Estado ..... 3**

## Migalhas

Sábado, 31 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Giovanna Baby consegue proibir uso de "Phytocell Tec" pela Beauty Lab ..... 6**

## MSN Notícias

Sábado, 31 de janeiro de 2026 | Direitos Autorais

**Lobby de big techs na Câmara influencia debate sobre marco regulatório da IA no B... ..... 8**

## Com café da Serra de Apucarana, IGs se tornam tendência no Estado



Três décadas após regulamentação, selos de Indicações Geográficas transformam comunidades rurais e semeiam ambição por produções especiais nas lavouras

Há um horizonte de transformação que move os passos de quem vive no distrito de Pirapó, no município de Apucarana. Um dos poucos pólos cafeeiros que resistiram à metamorfose agrícola dos últimos 50 anos no Norte do Estado, a comunidade rural está preparando uma festa para celebrar uma certificação do **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**, a sigla é pronunciada letra a letra que vai gerar muito mais que um selo de procedência, uma logomarca que faz alusão aos três rios fundamentais para a riqueza local - o Pirapó, o Tibagi e o Ivaí - na forma de um grão de café, cercado por um fio ondulado que remete ao vento constante que sopra forte nas partes altas e as estradas que serpenteiam a crista dos vales.

A confirmação de que o café da Serra de Apucarana passa a ser protegido por uma Denominação de Origem (DO) abre novas perspectivas socioambientais e econômicas, que afastam as sombras da estagnação e do esquecimento de uma comunidade. No caso dos cafeicultores de Pirapó, os planos são cristalinos como uma nascente intocada: fortalecer a associação que existe há 20 anos e que congrega menos de 20% dos 250 produtores do município, colocar o café especial como um personagem de destaque nas festas religiosas (do padroeiro do distrito, Santo Antônio de Pádua, em junho, e a de

Nossa Senhora Aparecida, em outubro), integrar o município na Rota do Café, consolidar uma agenda de eventos no museu que ocupa a antiga estação ferroviária do distrito e multiplicar a torrefação doméstica através do acesso a linhas de financiamento para a compra de maquinários.

Carlos César Bovo, presidente da Associação de Cafeicultores de Apucarana (Acap), conta que serão distribuídas cartilhas para todos os cafeicultores. O objetivo é que as orientações contidas no caderno sejam um guia para que eles façam adequações necessárias no manejo do café e também nas áreas de secagem. "A associação vai ficar responsável por fiscalizar todas as etapas de produção e vamos contar com orientação de especialistas", explica.

A transformação que se desenha em Pirapó já ocorreu em muitas áreas do Estado e do País. A busca pelas certificações e o impacto delas é um dos capítulos mais marcantes da agricultura brasileira no século XXI. Tudo começou em 1996, com a aprovação da Lei de **Propriedade Industrial**, na qual a proteção das indicações geográficas se tornou expressamente prevista, iniciando uma corrida por reconhecimento que já é realidade em 163 pontos do País, 121 deles na modalidade de indicações de procedência e 42 em denominação de origem, que é o caso da Serra de Apucarana.

| Foto: Reprodução

De acordo com o chefe da Divisão de Indicações Geográficas do **INPI**, Igor Martins, 35 pedidos de registro estão sendo examinados pelo **INPI**. "Podem requerer registro de indicações geográficas, na qualidade de substitutos processuais, a associação, o sindicato, ou qualquer outra entidade que possa atuar como tal em razão da lei. Se a indicação geográfica for uma indicação de procedência, devem ser apresentados documentos que comprovem que o nome geográfico se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço. Se a indicação geográfica for uma denominação de origem, são necessários documentos que comprovem a influência do meio geográfico nas qualidades ou ca-

racterísticas do produto ou serviço", explica Martins. "O Manual de Indicações Geográficas do **INPI** orienta o público a respeito dos procedimentos necessários para o registro e as fases que envolvem o exame do pedido", informa.

Em Apucarana, a concessão da IG foi viabilizada com subsídio do programa Sebraetec, do Sebrae/PR, e recursos da Prefeitura Municipal de Apucarana, por meio da Acap, apoiada pelo suporte do Instituto do Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), responsável por elaborar os estudos técnicos.

O café serrano com sotaque pé-vermelho engloba também áreas do município de Arapongas e Cambira e se junta a outras 23 IGs paranaenses. Ele é apenas o terceiro do Estado na modalidade DO, que é uma espécie de mistura de um "terroir" com características singulares de manejo. As outras duas DOs foram concedidas para o mel de Ortigueira e para o café de Mandaguari. "O selo reconhece que o café de Apucarana é especial. Graças às características do solo e do clima, produzimos um café que só é encontrado aqui e na África", afirma Bovo, um filho da terra que defende a história de três gerações de cafeicultores, acostumados com "a ventania danada" das cristas dos vales, um sopro incontrolável que se estende do meio da manhã até o meio da tarde. "Aqui a gente nunca respira o mesmo ar porque passa muito rápido", brinca. "E isso é excelente para o café".

O ritmo de certificações está acelerado no Paraná. Este mês, as Tortas de Carambeí entraram no rol nacional, fato que movimentou os Campos Gerais, principalmente a comunidade holandesa. Em 2025, a certificação foi alcançada pelas ostras de Cabaraquara (uma comunidade encravada no Parque Nacional Saint-Hillaire/Lange, no município de Guaratuba); pela ponkan de Cerro Azul, no Vale do Ribeira; pelas broas de centeio e pela carne de onça (prato à base de carne bovina crua e bem condimentada) de Curitiba; pela cracóvia (embutido) de Prudentópolis; pelo urucum (coloral) de Paranacity (no Noroeste); e pelo queijo colonial do Sudoeste.

"A proteção concedida por uma IG, além de preservar as tradições locais, pode diferenciar produtos e serviços, melhorar o acesso ao mercado e promover o desenvolvimento regional, gerando efeitos para produtores, prestadores de serviço e consumidores", explica Igor Martins, do **INPI**. "Isso porque a IG é

uma ferramenta que, se bem gerida pela coletividade, pode agregar valor ao produto ou serviço, operando como um diferencial competitivo no mercado, além de atrair novos participantes para a cadeia produtiva ou de prestação do serviço em questão devido ao sucesso da atividade", afirma.

## A PARTICIPAÇÃO DO SEBRAE

Para entender como o processo de certificação e a sua confirmação impactam as comunidades rurais paranaenses, a Folha conversou com o consultor do Sebrae, Odemir Vieira Campello, com experiência de mais de 30 anos em articulação de cadeias produtivas e desenvolvimento territorial no Norte Pioneiro e que acompanhou o amadurecimento de IGs, da germinação até o ponto de colheita, desde a sua base em Jacarezinho.

O primeiro foi o café do Norte Pioneiro, que engloba lavouras espalhadas em 45 municípios daquela região. O processo começou em 2008 e foi finalizado quatro anos depois, após a elaboração de um dossiê de 500 páginas que justificava o pleito quando as IGs ainda eram raras e criadas sem referências anteriores. "Lembro que eu estudei a região da Emilia-Romanha, no Norte da Itália, um território marcado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas. No Norte Pioneiro, esta característica é também muito forte, com mais de 90% de minifúndios na área agricultável", ressalta. "O desafio de regiões como estas é trabalhar duro para que os pequenos consigam ser rentáveis. As indicações geográficas ajudam a acelerar este processo porque o esforço para a certificação provoca um olhar mais cuidadoso para um tripé, que se sustenta com a avaliação correta do mercado, com o fomento constante da cultura de inovação e com o foco direcionado sempre ao associativismo", explica.

O êxito da certificação dos cafés especiais do Norte Pioneiro foi um alento para replicar o mesmo trabalho com outras vocações do Norte Pioneiro. "Além da comercialização a granel, com o selo, a região se tornou um polo de pequenos produtores de café torrado e moído, o que não existia antes da existência do selo. Temos mais de 50 marcas no mercado", exemplifica.

## GOIABA E MORANGO

Campello usou o mesmo método de mobilização para estruturar outras cadeias de produção. Em

2016, foi a vez da goiaba de Carlópolis, município que ostenta desde 2023 o título de capital nacional da fruta, cuja produção foi multiplicada por seis no intervalo de uma década, mesmo com práticas ambientalmente sustentáveis exigidas para a exportação. "Eu diria para o arranjo da Serra de Apucarana que a certificação é só o começo da história. É

preciso muito trabalho de agora em diante. Hoje, Carlópolis exporta goiaba para a Europa, com preços que chegam ao dobro em comparação com o mercado interno. Temos esperança que estas conquistas tragam outras porque já temos produtos de qualidade no mercado. A produção de lichia, por exemplo, deve entrar no comércio internacional em breve".

| Foto: Jaelson Lucas/AEN

Outro processo que o Sebrae acompanhou no Norte Pioneiro foi a indicação geográfica do morango, um pleito da Associação Norte Velho dos Produtores Rurais de Jaboti, Japira, Pinhalão e Tomazina, que

congrega 28 produtores, que usam apenas o controle biológico no combate às pragas. O **INPI** concedeu a IG em 2022, após dois anos de trabalho árduo.

"Tivemos que criar categorias de morangos. Hoje existe o gourmet, o kid e o para fondue. Esta classificação a gente desenvolveu porque em pesquisas com supermercadistas nós entendemos que o preço não era um fator tão relevante e sim a questão da uniformidade do fruto dentro da embalagem. E assim conseguimos ganhar a confiança deles e vender mais", lembra o consultor do Sebrae.

Folha De LondrinaFoto

## Giovanna Baby consegue proibir uso de "Phytocell Tec" pela Beauty Lab



Empresa ré deverá retirar a denominação de produtos por risco de confundir consumidores.

**Propriedade industrial** Giovanna Baby consegue proibir uso de "Phytocell Tec" pela Beauty Lab. Empresa ré deverá retirar a denominação de produtos por risco de confundir consumidores. Da Redação

sábado, 31 de janeiro de 2026

Atualizado em 28 de janeiro de 2026 17:39

Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

A empresa "Beauty Lab" não poderá utilizar a expressão "Phytocell Tec" em seus produtos por violação de direitos de empresa da marca Giovanna Baby, titular da marca "Phyto Cell Safe", registrada no **INPI**.

Assim entendeu, por unanimidade, a 2ª câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ/SP, que reformou a sentença e determinou a cessão imediata do uso da expressão, por contrafação marcária e concorrência desleal.

A ré também foi condenada a indenizar a Giovanna Baby por danos morais de R\$ 20 mil, além de danos materiais que serão apurados na fase de liquidação.

TJ/SP entendeu que uso do termo "Phytocell Tec", pela Beauty Lab, afronta registro de marca da Giovanna Baby. (Imagem: Reprodução/Facebook)

Entenda o caso

A empresa Giovanna Baby ajuizou ação cominatória cumulada com indenização alegando que a empresa Beauty Lab estaria utilizando indevida-

mente, em esmaltes e cosméticos, a expressão "Phytocell Tec", reproduzindo elemento central de sua marca e induzindo consumidores à confusão.

Na origem, o juízo negou o pedido, entendendo que o termo seria apenas evocativo e relacionado a um suposto princípio ativo de uso comum no setor cosmético.

Inconformada, a empresa Giovanna Baby recorreu.

SBT e Jequití não indenizarão por marca Chiquititas em cosmético

Proteção marcária

No TJ/SP, o relator do caso, desembargador Grava Brazil, destacou que o **INPI** anulou registros marcários da marca estrangeira "Phytocell Tec", utilizada pela ré, justamente por conflito com registros anteriores da autora.

O tribunal apontou que os processos administrativos resultaram em indeferimento e anulação com base no art. 124, XIX, da lei de **propriedade industrial**, que veda reprodução ou imitação de marca registrada capaz de gerar confusão, ou associação indevida.

Para o colegiado, decisões administrativas especializadas do **INPI** devem ser consideradas pelo Judiciário, sob pena de esvaziamento da proteção marcária.

"E, uma vez que o **INPI** - repita-se, autarquia especializada - reconhece que as expressões em disputa não podem conviver, não cabe a esta Justiça Estadual esvaziar a pretensão recursal a partir de argumentos tais como "evocatividade" do termo, pois, ao agir dessa forma, acaba por esvaziar toda a proteção marcária que deve ser reconhecida à marca da apelante, desconsiderando a robustez da prova produzida pela titular da marca."

No acórdão, o relator citou doutrina segundo a qual, quando a lei impede o registro de determinada marca, há também um comando implícito proibindo seu uso, salvo em hipóteses de signo de uso livre.

Assim, quem não pode obter registro no Brasil, também não pode explorar comercialmente o termo

em produtos concorrentes.

Outro ponto relevante foi a rejeição do argumento de que "PhytoCell Tec" seria ingrediente técnico comum.

O tribunal observou que o termo não consta na lista INCI da Anvisa, sendo apenas nome comercial atribuído à composição química. A Beauty Lab poderia identificar o princípio ativo de forma técnica e em português, conforme exigem normas sanitárias.

Reconhecida a concorrência desleal, o colegiado afirmou que o dano moral é presumido (in re ipsa), bastando a comprovação do uso indevido da marca.

Com base em precedente do STJ, fixou indenização de R\$ 20 mil, considerada proporcional e pedagógica, e de danos materiais que serão apurados em fase de liquidação.

Processo: 1090490-08.2024.8.26.0100

Confira o acórdão.



## Lobby de big techs na Câmara influencia debate sobre marco regulatório da IA no Brasil



Um levantamento do Aos Fatos indica que parlamentares da Comissão Especial de Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados passaram a adotar posições favoráveis às grandes empresas de tecnologia após receberem representantes do setor em seus gabinetes.

Ao menos 83 encontros com lobistas ligados a big techs foram registrados entre maio e outubro de 2025. O mapeamento revela uma coincidência temporal entre essas visitas e mudanças de postura pública de deputados, que passaram a defender uma regulação mais branda para o uso da inteligência artificial no Brasil.

As visitas aparecem nos registros de acesso da Câmara dos Deputados, obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI). A análise considerou entradas de funcionários das áreas de relações governamentais da Amazon, Google, IBM, Meta, Microsoft e OpenAI.

De acordo com o levantamento, após as reuniões, parlamentares apresentaram ou apoiaram alterações em projetos que tratam de temas sensíveis, como **direitos autorais**, proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais e incentivos fiscais para a instalação de data centers. Em vários casos, as propostas passaram a refletir reivindicações históricas do setor tecnológico, como a flexibilização de responsabilidades das plataformas e a redução de exigências regulatórias.

Os dados mostram que 15 gabinetes de integrantes da comissão receberam lobistas no período analisado, além de escritórios de lideranças e salas de au-

diência usadas para debater a regulação. Após

entrar na Câmara, porém, os visitantes podem circular livremente, o que impede mapear a totalidade dos contatos realizados. Como os visitantes podem circular livremente dentro da Câmara, não é possível dimensionar todos os contatos realizados.

O colegiado analisa o PL 2.338/2023, aprovado pelo Senado em dezembro de 2024, que cria regras para o uso da inteligência artificial e prevê maior responsabilização das empresas pelas tecnologias que colocam no mercado, ponto que contraria interesses das plataformas. Embora o lobby não seja ilegal, a falta de regulamentação no Brasil dificulta a fiscalização da influência privada sobre políticas públicas.

O levantamento detalha a atuação de parlamentares que receberam lobistas das big techs. Adriana Ventura (Novo-SP), vice-presidente da comissão, defendeu flexibilização da regulação da IA no mesmo dia em que se reuniu com representante da OpenAI. Vitor Lippi (PSDB-SP) adotou discurso semelhante após encontro com lobista da empresa, argumentando contra regras que poderiam elevar custos para o setor. Já Jadyel Alencar (Republicanos-PI), relator de projeto sobre proteção de crianças na **internet**, recebeu representantes do Google antes de alterar o texto para reduzir obrigações das plataformas e, posteriormente, apresentou emendas que beneficiam data centers. A presidente da comissão, Luísa Canziani (PSD-PR), mantém histórico de proximidade com big techs e participou de missão aos EUA para reuniões com executivos do setor. Outro lado Posicionamento de Vitor Lippi

O gabinete do deputado federal Vitor Lippi esclarece que a agenda mencionada de fato ocorreu, no dia 2 de setembro, às 17:30, portanto, após a audiência pública da Comissão de IA, e teve caráter institucional e transparente, como tantas outras reuniões realizadas com representantes do setor produtivo, academia, entidades e especialistas nacionais e internacionais.

Na ocasião, a pauta da reunião foi a apresentação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico



sustentável e à **inovação tecnológica**, com foco especial em Inteligência Artificial, além do alinhamento com os objetivos do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). Não houve, em nenhum momento, pedido de direcionamento de falas ou tentativa de interferência no posicionamento do parlamentar.

É importante ressaltar que a visita não influenciou a posição do deputado Vitor Lippi sobre o tema. O parlamentar acompanha e estuda a pauta de Inteligência Artificial há muitos anos, tendo participado de diálogos com a OCDE, especialistas, instituições acadêmicas e diversos atores nacionais e internacionais, muito antes do surgimento e da popularização de ferramentas como a OpenAI e outras.

O parlamentar destaca ainda que várias empresas, startups e centros de Pesquisa e Inovação do setor, tem demonstrado preocupação com os rumos da legislação sobre o capítulo que trata de **direitos autorais**.

O deputado reconhece e respeita as preocupações do setor cultural e dos titulares de **direitos autorais**, entendendo que o tema pode ser tratado de forma adequada em legislação específica, como a Lei de **Direitos Autorais**, ou por meio de um equilíbrio dentro do próprio PL de IA, de modo a não prejudicar nenhuma das partes envolvidas.

O deputado reconhece e respeita as preocupações do setor cultural e dos titulares de **direitos autorais**, entendendo que o tema pode ser tratado de forma adequada em legislação específica, como a Lei de **Direitos Autorais**, ou por meio de um equilíbrio dentro do próprio PL de IA, de modo a não prejudicar nenhuma das partes envolvidas.

A manifestação feita pelo parlamentar na Comissão de Inteligência Artificial reflete uma visão consolidada, técnica e anterior à referida agenda, construída a partir de estudos, diálogo amplo e compromisso público com o desenvolvimento do país. Vitor Lippi sempre defendeu que o Brasil precisa definir, com responsabilidade, qual papel deseja ocupar no cenário global da IA: se apenas como usuário e espectador ou como agente transformador, desenvolvedor e fornecedor de tecnologia.

Uma regulação excessivamente rígida pode inviabilizar o surgimento de empresas brasileiras inovadoras, além de afastar investimentos estrangeiros estratégicos. Esse é um risco que o país não pode correr. O Brasil precisa crescer, gerar empregos, estimular pesquisa e inovação e não perder mais uma janela histórica de oportunidade no campo das tecnologias disruptivas. Posicionamento de Jadyel Alencar

O gabinete esclarece que o diálogo com representantes de empresas, entidades e organizações é uma

prática regular e republicana do mandato, assim como ocorre com a academia, o setor produtivo, a sociedade civil e o poder público. A realização de reuniões institucionais não implica alinhamento automático nem influência sobre o posicionamento do parlamentar.

No que se refere à Medida Provisória nº 1.318/2025, que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (REDATA), é importante destacar que a MP tem como objetivo incentivar a instalação e a ampliação de data centers no Brasil, por meio de benefícios fiscais condicionados a contrapartidas como investimentos em pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética e critérios de sustentabilidade. Trata-se, portanto, de uma política de desenvolvimento econômico, energético e industrial, e não de uma medida voltada exclusivamente às chamadas "big techs".

Cabe esclarecer, ainda, que o deputado federal Jadyel Alencar não integra a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.318, de 2025, não exercendo, portanto, qualquer função de relatoria ou condução direta dos trabalhos do colegiado responsável pela análise da matéria.

O deputado Jadyel Alencar apresentou três emendas com conteúdo técnico e estruturante, voltadas à segurança jurídica, ao controle fiscal e à eficiência energética do regime:

EMC 132: viabiliza a conexão direta entre unidades geradoras de energia e consumidores eletrointensivos, inclusive data centers, permitindo modelos off-grid ou híbridos. A emenda está inserida na pauta energética e busca reduzir custos, aumentar a eficiência e estimular investimentos sustentáveis.

EMC 133: estabelece salvaguardas para garantir segurança jurídica e controle fiscal no regime de admissão temporária de bens importados, vinculando-os diretamente às atividades de data center, com requisitos técnicos definidos pela Receita Federal, exigência de garantias tributárias e regras claras para conversão em importação definitiva ou reexportação.

EMC 134: reforça o mesmo eixo de segurança jurídica e controle fazendário, assegurando flexibilidade operacional às empresas, sem prejuízo da fiscalização e da arrecadação.

Dessa forma, causa estranheza a associação das emendas a interesses específicos de grandes plata-

formas digitais, uma vez que tratam de temas relacionados à infraestrutura energética, ao regime tributário e à governança fiscal, aplicáveis a qualquer empreendimento enquadrado no REDATA. Posicionamento de Luísa Canziani

Desde que fui eleita deputada federal, adotei como premissa dos meus mandatos o diálogo respeitoso com todos, sem distinção. Portanto, meu gabinete e meus assessores recebem a todos que nos procuram: setor produtivo, acadêmicos, representantes de órgãos públicos, da sociedade civil organizada e dos trabalhadores. E como presidente da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial conversamos

e ouvimos a todos que nos procuraram e afirmo que em nenhuma das minhas reuniões, ou de meus assessores, houve qualquer interferência em minha opinião ou no andamento e direcionamento dos trabalhos da comissão.

# Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais .....	6,7,8
Marco regulatório   INPI .....	1,2,3,4,5
Propriedade Industrial .....	1,2,3,4,5